



Boletim Secundarista Nº03 - Maio de 2012 - Filiados à RECC

Editorial

O jornal secundarista **COMBATE ESTUDANTIL** volta as escolas com o objetivo de dar voz e ajudar na organização e luta dos estudantes. As primeiras edições deste jornal surgiram em 2008, da união de estudantes e grêmios de cinco escolas públicas e de intensa mobilização ocorrida especialmente no CEAN, onde ocorreram greves, ocupações da Regional de Ensino da Asa Norte e manifestações de rua que uniram estudantes, funcionários, professores e pais. Todas estas lutas ocorreram em defesa de uma educação de qualidade (contra retirada de professores, por eleições diretas pra diretor, etc.).

Atualmente, “entidades” traidoras como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundarista (UBES) agem como porta-vozes do Governo Federal e Distrital, e só aparecem nas escolas para vender carteirinha ou fazer propaganda eleitoral. Por isso, nós construímos a Rede Estudantil Classista e Combativa (RECC), uma corrente nacional que visa resgatar o caráter de luta do movimento estudantil, se contrapondo ao atual modelo de Educação voltada aos interesses do mercado. Esta educação que garante ótimas escolas e universidades aos filhos dos ricos enquanto “joga” 540 mil estudantes em escolas públicas caindo aos pedaços, sem professores, sem democracia, sem lanche digno e todos problemas dos quais já estamos fartos!

É com a consciência de que somente a luta poderá mudar nossa realidade que publicamos mais esta edição do **COMBATE ESTUDANTIL**. Entre em contato conosco, organizemos grêmios combativos e vamos às ruas! ■



Organize-se em sua escola e lute conosco. Entre em contato com a RECC:
combate.estudantil@gmail.com
combateestudntil.blogspot.com



DEMOCRACIA NAS ESCOLAS(?)

LEI DE "GESTÃO DEMOCRÁTICA": MAS DE QUE DEMOCRACIA NÓS ESTAMOS FALANDO?

Não deve haver meio termo quando se fala de democracia: ou ela está a favor do povo trabalhador, ou da dominação da burguesia e dos poderosos. Quando nós, estudantes do povo, falamos em democracia na educação, estamos nos referindo a uma democracia que atenda aos interesses populares. Qualquer outro sentido dado à democracia, portanto, deve ser rejeitada: será uma farsa da elite.

A Lei nº 4.751, que institui a "Gestão Democrática", foi aprovada em dezembro de 2011 por unanimidade na Câmara Legislativa e sancionada pelo Governador Agnelo em 7 de fevereiro de 2012. Sua intenção é: concedendo à uma reivindicação histórica da comunidade quanto à ELEIÇÃO DIRETA de diretores, aproveita, nesse meio, para impor um modelo de GESTÃO EMPRESARIAL nas escolas.

A "NEUTRALIDADE" DA GESTÃO ESCOLAR, OU O PENSAMENTO ÚNICO DA SEDF/GDF?

A concepção neoliberal gerou um senso comum que afirma ser a ineficiência administrativa dos recursos a causa dos grandes problemas da educação. Essa concepção reduz os principais problemas que a escola pública enfrenta a uma questão técnica. Assim, bastaria uma eficiência gerencial para superá-la.

Observamos, no Capítulo 1 da Lei 4.751, os limites da participação e autonomia da comunidade escolar aos aspectos "pedagógicos", "administrativos" e "financeiros". Sobre a autonomia pedagógica, o GDF garante na lei que as escolas podem formular seus Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) desde que em consonân-

cia (leia-se subordinados!) ao Plano Nacional (e Distrital) de Educação. A autonomia administrativa é restrita unicamente à "elaboração do plano de gestão", ao "gerenciamento dos recursos", à "reorganização dos calendários escolares".

Adiante, no capítulo 5, sobre o processo eleitoral dos diretores, fica claro o intuito da Lei: despolitizar a eleição escolar. As chapas terão que apresentar um Plano de Trabalho para



gestão da Escola com "metas para melhoria da educação", "estratégias para preservar o patrimônio público", "gestão de recursos" (Art. 39); mas nada se fala sobre o crucial debate das políticas educacionais. Proíbe, inclusive com pena de exclusão do processo eleitoral, o candidato que fizer "propaganda de caráter político-partidário" (Art 53).

Isso significa que o Governo Agnelo (PT-PMDB) pretende que a eleição/gestão escolar sejam processos "neutros" politicamente. Que a Lei de "Gestão Democrática" não só secundariza, mas proíbe os debates de política educacional como tarefa da comunidade escolar. Estas devem seguir a política da Secretaria de Educação, nunca questionar. O Art 53, que citamos, proíbe a MOBILIZAÇÃO POLÍTICA E CRÍTICA da comunidade escolar:

nada mais antidemocrático!

A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO VENDIDA COMO "AUTONOMIA FINANCEIRA"!

Citamos no sub-tópico anterior que a Lei de Gestão Democrática garante o princípio de "autonomia e descentralização financeira". Mas o que diabos é isso? A concepção privatista busca precarizar os serviços públicos, como as escolas, e com isso abrir espaço ao investimento e controle de empresas privadas. É isso que está ocorrendo através da Lei de Gestão Democrática: a abertura para a privatização das escolas.

Articulada ao novo PNE, que abre as portas das escolas públicas para o Sistema S (Senac, Senai etc.), a Lei define como função da direção buscar "novos meios de financiamento". A administração dos recursos será assegurada pela "Unidade Executora", sendo esta a "pessoa jurídica de direito privado, de fins não econômicos, que tenha por finalidade apoiar as unidades escolares".

Sobre a origem dos recursos para a escola, o Art. 7 não só diminui a responsabilidade do Estado em financiar com verba pública a escola pública, colocando este dever como apenas mais uma "doação" dentre outras, assim como colocará os futuros diretores na função de mendigar apoios externos da iniciativa privada. A abertura da escola ao apoio da iniciativa privada trará junto consigo a prisão da escola à lógica e aos interesses desses "padrastos indesejados". Possivelmente transformará a eleição para diretor em corridas de marketing, onde aqueles professores com melhores estratégias de captação e gerenciamento de recursos serão os mais propensos a ganhar. Articulado com o novo PNE, esta Lei de Gestão Democrática abrirá a porta das escolas



públicas para sua privatização.

NENHUMA ILUSÃO NOS ÓRGÃOS TRIPARTITES E NA BUROCRACIA ESTATAL-GOVERNISTA!

A Lei criará uma série de órgãos distritais: Conferência Distrital de Educação, Fórum Distrital de Educação, Conselho de Educação do Distrito Federal. E tentará integrar os órgãos interiores da escola: Assembleia Geral Escolar, Conselho Escolar, Conselho de Classe, Grêmios Estudantil e Direção Escolar.

A principal característica dos primeiros é serem tripartites, ou seja, conciliarão interesses dos "trabalhadores" e das empresas privadas (referidos como "sociedade civil") por meio da intervenção supostamente "neutra" do Estado. Entre termos vagos, o que podemos compreender destes órgãos é um grande controle do GDF sobre eles. O Conselho de Educação do DF, por exemplo, terá caráter consultivo-normativo acima da própria SEDF (Art.14), mas dentre os 16 "conselheiros DESIGNADOS pelo GDF" (Art.16) a metade será da própria SEDF, os outros 8 conselheiros estarão divididos entre representantes da UnB, IFB, do SINPRO, do SAE, "entidade representativa dos secundaristas do DF" (seria a vendida UBES?), e as duas entidades representativas das escolas e faculdades privadas.

Nós perguntamos: como estes órgãos podem servir aos estudantes e trabalhadores? Eles mantêm o controle da burocracia Estatal, mas agora com

laços de compromisso mais próximos com os empresários e direções sindicais e estudantis traidoras. Como dissemos anteriormente: não existe meio termo (conciliação) entre os interesses do povo e os interesses do empresariado/Estado. Logo, aqueles que buscam essa conciliação estão mentindo para nós.

Sobre os órgãos de gestão interna da escola vemos também um burocratismo. O parágrafo 2º do Art. 22, define que: "As normas gerais de funcionamento da Assembleia Geral Escolar, inclusive o quórum de abertura dos trabalhos e o de deliberação, serão estabelecidos pela SEDF". Ou seja, em troca da institucionalização de estruturas como Assembleias Gerais (que antes já ocorriam não-institucionalmente em algumas escolas), a Lei de "Gestão Democrática" retira a autonomia da própria comunidade sobre as normas de funcionamento destas estruturas! Nem mesmo o Grêmios Estudantil pode convocar uma Assembleia Geral!

Os cargos para direção e o conselho escolar terão mandatos de três anos com direito a reeleição. Tendo em vista um período normal de formação do aluno (três anos) muitos sequer acompanharão algum processo eleitoral.

LUTAR POR UMA ESCOLA PÚBLICA, DEMOCRÁTICA E A SERVIÇO DO POVO!

Acreditamos que frente à aprovação de uma lei retrógrada como a "Gestão (anti) Democrática", a nossa tarefa seria ecoar uma análise crítica e classista

para os estudantes e trabalhadores. Isso, em nossa opinião, significa contribuir com a comunidade escolar em sua luta contra os ataques do governo Agnelo, já que entidades como SINPRO-DF e UBES não cumprem mais esse papel crítico e mobilizador (conflitando com o governo apenas sobre temas secundários ou economicistas!).

O que ocorre é que: ao passo que o Governo consegue abafar a justa reivindicação por eleição direta, atende aos interesses da elite em privatizar a educação e colocá-la sob as determinações do mercado, através de um modelo de GESTÃO empresarial "participativa". Vendendo gato por lebre!

Em contraposição a capitulação do reformismo sindical e estudantil, devemos manter viva a luta pela DEMOCRACIA NAS ESCOLAS! A democratização é o exercício do poder por parte de estudantes e trabalhadores, através da liberdade de expressão política e cultural da comunidade; Eleição universal (um voto por cabeça) para direção; Assembleia Geral independente da ingerência do Estado; etc. Construir Grêmios fortes e combativos, que possam mobilizar os estudantes, assim como "Organizações por Local de Trabalho" (OLT) dos profissionais é um passo muito importante para a luta e edificação da democracia nas escolas. Devemos mobilizar estudantes e trabalhadores à conquistar o poder nas escolas com vistas a utilizá-la como trincheira de novas lutas e conquistas que virão. ■

ABAIXO A "GESTÃO DEMOCRÁTICA" EMPRESARIAL DO GDF! CRIAR EM CADA ESCOLA O PODER DE ESTUDANTES E TRABALHADORES! ELEIÇÕES DIRETAS E UNIVERSAIS PARA DIREÇÃO, JÁ!

COMBATER AS REPRESSÕES AO MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA E ORGANIZAR OS ESTUDANTES PARA A LUTA!

A repressão e perseguição aos estudantes secundaristas tem sido intensa em todo o Brasil: proibição da colagem de cartazes, de manifestações, perseguição aos grêmios estudantis e estudantes que lutam. O objetivo que buscam com essa repressão é calar a voz dos estudantes, de nos manter desorganizados e incapazes de questionar a condição precária de nossas escolas públicas. Contribuindo para essa desorganização estão as entidades traidoras (UNE e UBES) que entram nas escolas a fim de desmobilizar os estudantes, e também as próprias direções que não dão espaço e barram qualquer mobilização estudantil.

A melhor maneira de coibir a perseguição aos secundaristas é através de grêmios combativos, sem "rabo preso" com direções e governos. Por isso, a RECC (Rede Estudantil Classista e Combativa) chama os estudantes para a luta e defende a aliança com professores, servidores e pais para lutar por uma Educação com qualidade para o povo. Entendemos também que são os secundaristas, principalmente, que têm o papel e a força para protagonizar um movimento estudantil classista e combativo. Então, vamos à luta estudantes! Até a vitória! ■

**CONSTRUIR GRÊMIOS ESTUDANTIS COMBATIVOS! LIBERDADE DE PROPAGANDA E ORGANIZAÇÃO NAS ESCOLAS!
ABAIXO AS PERSEGUIÇÕES DAS DIREÇÕES E GOVERNOS! SOLIDARIEDADE AOS ESTUDANTES PERSEGUIDOS POR LUTAREM!**



AS REFORMAS PRIVATISTAS NO ENSINO SECUNDARISTA E TÉCNICO E A NECESSIDADE DE RETOMAR A LUTA COMBATIVA DOS ESTUDANTES

*Texto publicado no Comunicado Nacional da RECC N°08 de Fevereiro de 2012

O Novo Plano Nacional de Educação 2011-2020 - PNE, não representa nada de substancialmente novo. Temos de entendê-lo como uma continuação das políticas que atacam a educação em forma de decretos e leis implantados pelo governo petista na época de Lula, o PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional). E agora muito mais sistematizado e articulado em propostas neoliberais em formato de PNE.

No mandado Dilma/PT, tal política contra a educação assume a forma de um mega pacote de reforma neoliberal, no qual possui vinte metas a serem cumpridas até meados de 2020. Tais metas são lançadas como forma de erradicar o analfabetismo, democratizar o acesso à educação, melhorar a qualidade de ensino nas instituições públicas. Mas, em verdade, essas vinte metas tem como principal função atender aos interesses do Estado e do Capital ao invés de atender aos interesses do povo e da maioria dos estudantes oriundos da classe trabalhadora, visto seu próprio conteúdo, seu modo de formulação e aprovação.

As reformas neoliberais na educação, orientadas pela política do Banco Mundial e do Todos Pela Educação (Burguesia Nacional/Globo, Gerdau, etc.), visam uma educação quantitativista e tecnicista, para formar mão-de-obra barata para o mercado de trabalho, sem ter em contrapartida melhorias no ensino, no conhecimento crítico, na estrutura de colégios nem de universidades.

A privatização da educação, a qual se torna cada vez mais uma mercadoria e não um direito, está inserida nesse processo do PNE. Isso vem acontecendo aos poucos com o sucateamento do ensino público e as políticas de parcerias-públicas-privadas (PPPs) feitas pelos governos, com o princípio da transferência de dinheiro público para a iniciativa privada. Isso pode ser visto em programas como o Telecurso da empresa Roberto Marinho, o Prouni (Programa universidade para todos), o PRONATEC etc.



O PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino

Técnico) vem com o intuito de financiar empresários, como os do Sistema "S" (SESC, SENAI etc.), alegando que há falta de vagas nas escolas técnicas públicas e do estado de precarização de equipamentos nestas. O governo federal ao pretender subsidiar os estudos dos alunos em organismos privados como o sistema "S", que já recebem recursos públicos indiretos, dará maior liberdade para que estes capitalistas criem cursos que atendam as demandas de outras empresas privadas (isenções fiscais etc.), não muito diferente do que é visto com as faculdades privadas que também estão muito longe de exercer o papel do ensino e da educação formal.

“ Reforma semelhante ocorreu na França em 2006 e ocasionou o incêndio de centenas de carros por estudantes da periferia Francesa, mas que vem sendo aplaudido no Brasil, boa parte disso se deve ao apoio incondicional da pelega UBES/PCdoB à reforma.”

Outra transferência de Capital da Esfera Pública para a Privada, que pouco se discute, é a reforma do Ensino Médio. O Ensino Médio Inovador, consequência direta do elitizado Novo Enem pretende estabelecer, também, uma parceria direta com o Sistema "S".

Isso se dará através de disciplinas a s “optativas” que ocorrerão nas escolas ofertadas por esse setor. As 12 disciplinas curriculares atuais irão acabar para dar lugar a 4 eixos temáticos e dessa forma, boa parte dos conteúdos serão ministrados por esses setores tecnicis-

tas que utilizarão os estudantes secundaristas para explorá-los a preço mais em conta e ainda com apoio público. Reforma semelhante ocorreu na França em 2006 e ocasionou o incêndio de centenas de carros por estudantes da periferia Francesa, mas que vem sendo aplaudido no Brasil, boa parte disso se deve ao apoio incondicional da pelega UBES/PCdoB nessa reforma.

O pouco debate sobre essa reforma no ensino médio, inserida no PNE e agora parte do bolo neoliberal sistemático do PNE, deve-se também a omissão da maior parte das correntes e entidades que estão fora do Governo como a Anel e a OE/UNE. Isso se deve a sua perspectiva pequeno-burguesa (policlassista) que só vê o Movimento Estudantil Universitário e não possui nenhuma política para o Ensino Médio e Técnico, ficando esses setores completos reféns do Governismo, pois o para-governismo estudantil (Anel; OE/UNE) é totalmente incapaz de superar os muros das universidades. Sua política de parlamentarismo estudantil, no qual a disputa por cargos em entidades como os DCE's são um fim em si mesmo, apenas reforça essa política, pois os Grêmios não tem tanto poder enquanto moeda de troca como os DCE's para esses setores. ■

